

Um olhar fenomenológico-existencial sobre o uso de drogas

A phenomenological-existential outlook on drug use

Ruth Escudero¹

Instituto de Psicologia Fenomenológico-Existencial do Rio de Janeiro -IFEN

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre as concepções comuns acerca do uso de drogas e seus usuários, compreendidos na atualidade como portadores de uma “doença”: Dependência Química; e ainda sobre os tratamentos voltados a este público. Na reflexão que propomos, recorremos às tematizações realizadas por Martin Heidegger, uma vez que este filósofo, através da sua analítica do *Dasein*, desenvolveu uma compreensão de homem para além da cisão dominante que o representa como um sujeito encapsulado, apartado do mundo, com determinações prévias. Através da suspensão do que comumente se diz sobre o uso de drogas, buscamos compreender tal uso a partir do horizonte histórico em que ele se dá, cuja cadência dominante em nossa época, é a da máxima produtividade, do controle, da dominação, da exploração. É o que Heidegger se refere como a Era da Técnica, marcada por modos de ser compulsivos. Essa forma técnica de desvelamento do mundo, presente nas abordagens tradicionais científicas, reduz o homem apenas aos seus aspectos utilitários, perdendo de vista sua indeterminação originária e restringindo-o exclusivamente ao modo de ser técnico. Deixa assim escapar, aquilo que é mais essencial na compreensão dos fenômenos humanos_ a dimensão da própria existência.

140

PALAVRAS-CHAVE

Uso de drogas; compulsão; *Dasein*; Era da técnica

ABSTRACT

This article aims to reflect on the usual conceptions about the use of drugs and their users, currently understood as having a “disease”: Chemical Dependence; and also about the treatments aimed at this audience. In the reflection we propose, we use the thematizations carried out by Martin Heidegger, since this philosopher, through his analysis of *Dasein*, developed an understanding of man beyond the dominant schism that represents him as an encapsulated subject, separated from the world, with determinations previously established. By suspending what is commonly said about drug

¹ E-mail: escuderopsi@yahoo.com.br, Orcid: [0000-00029868-859X](https://orcid.org/0000-00029868-859X)

use, we seek to understand such use from the historical horizon in which it takes place, whose dominant cadence in our time is that of maximum productivity, control, domination, exploitation. This is what Heidegger refers to as the Age of Technique, marked by compulsive ways of being. This technical form of unveiling the world, present in traditional scientific approaches, reduces man only to its utilitarian aspects, losing sight of its original indeterminacy and restricting him exclusively to the technical way of being. It thus misses what is most essential in the understanding of human phenomena - the dimension of their existence.

KEYWORDS

Drug use; Compulsion; *Dasein*; Age of technique

INTRODUÇÃO

O uso de drogas não é um assunto novo. Ao contrário, pode-se afirmar que esta é uma prática milenar. Há pesquisas arqueológicas que concluíram que determinadas pinturas deixadas pelos homens da Idade da Pedra teriam sido criadas sob efeito de transe xamanísticos que provavelmente incluíam o consumo de plantas psicoativas. Nos tempos bíblicos, o vinho estava presente e ainda hoje a bebida alcoólica é parte integrante de cerimônias religiosas como a católica, judaica e o candomblé. Já o ópio era considerado como símbolo mitológico dos antigos gregos e era revestido de um significado divino: seus efeitos eram vistos como uma dádiva dos deuses destinada a acalmar os enfermos ou aqueles que de algum mal padeciam. Esse uso se contextualizava junto a magia e a religião buscando-se a cura de doenças, o afastamento de maus espíritos, obtenção de sucesso nas caçadas e nas conquistas, bem como, a diminuição da fome e do rigor do clima de determinadas regiões (SILVA, 2006).

Ao nos voltarmos para a história do consumo de substâncias psicoativas pela humanidade podemos perceber que essa antiga relação da humanidade com o uso de drogas por muito tempo foi considerada, em diversas sociedades, como aceitável. Entretanto, no decorrer dos tempos, a partir de interferências de campos diversos, esse uso vem ganhando novos contornos, novos modos de compreensão. Ao ser dominado pelo saber médico e pela justiça, o uso de drogas alcançou status de grave problema social, epidemia, questão de segurança mundial. Concomitante a isso, surge a noção de dependência como “a perda de controle no consumo da substância”, capaz de causar variados tipos de prejuízos, criando um terreno propício ao surgimento de tratamentos com vistas a deter/controlar esse “problema” (SÁAD, 2001).

Aqui chegamos onde desejamos nos deter, isto é, nas concepções correntes na atualidade acerca dos usuários de drogas, como portadores de uma “doença”: Dependência Química; bem como nos possíveis “perigos” presentes nas abordagens desenvolvidas no âmbito da Psicologia e aplicadas no cuidado aos usuários de drogas. Na reflexão que propomos, pretendemos alcançar novos olhares sobre o fenômeno do uso de drogas e suas abordagens, rompendo com o entendimento que

este fenômeno trata-se de uma patologia e portanto, reduz os usuários aos seus aspectos biológicos, químicos, genéticos, etc.

Para tanto recorreremos às reflexões realizadas por Martin Heidegger uma vez que este filósofo, através da sua ontologia fundamental, desenvolveu uma compreensão de homem para além da cisão cartesiana de um homem apartado do mundo, determinado por uma essência prévia. Em sua analítica existencial, tematizou com muita propriedade o contexto histórico atual, o homem como existência, *Dasein*, bem como os vários modos de estar no mundo, pois pretendemos compreender, no próprio existir, os sentidos em jogo referidos ao uso de drogas e assim poder pensar em outras formas de atuação terapêutica, através da perspectiva fenomenológica-existencial.

BREVE OLHAR HISTÓRICO SOBRE AS CONCEPÇÕES E TRATAMENTOS VOLTADOS AOS USUÁRIOS DE DROGAS NO BRASIL

No Brasil, é a partir do século XX que se iniciaram as intervenções governamentais no campo das drogas, originalmente voltadas para atender a demandas da área jurídica. E isto porque diante do crescimento interno do tráfico de drogas, principalmente no final dos anos 80 e início dos anos 90, bem como pela emergência, em cenário mundial da política de Guerra às Drogas, o governo brasileiro se viu impelido a criar todo um aparato oficial a fim de controlar o uso e o comércio de drogas (MACHADO; MIRANDA, 2007).

Na década de 70, a legislação brasileira pertinente a área das drogas passou a sofrer influência da Medicina (MACHADO; MIRANDA, 2007). Fornecedora de subsídios “técnico-científicos” que legitimavam as práticas de controle sobre o uso e sobre os usuários de drogas, a Psiquiatria passou a identificá-los como doentes, “portadores” de uma nova doença, a Dependência Química. É nesta combinação entre as práticas médicas (de saúde) e as práticas juristas que podemos localizar a produção histórica de concepções estigmatizantes acerca do usuário de drogas. Nessa produção de um olhar preconceituoso acerca desse público, também podemos incluir a interferência da moral religiosa que se coloca como elemento de intervenção para regulação dos prazeres carnis, dentre os quais, as sensações provocadas pelo uso. O homem, através dos valores cristãos, deve superar os “desejos da carne”, abstando-se de tudo que a isso o vincule. O prazer, referenciado a esta moral, está associado ao mal. Assim também as drogas, acabam por assumir este lugar do mal, do perigo, da tentação. E aqueles que a esses prazeres se entregam passam a ser vistos como fracos de caráter, doentes do controle de si mesmos, perigosos para a sociedade. Dessa forma, as regulamentações instituídas favoreceram a criminalização dos usuários de drogas ilícitas, os quais, para a justiça, deveriam ser excluídos do convívio social, banidos para prisões, hospitais psiquiátricos e posteriormente, centros de internações, muitos deles ligados a instituições religiosas. “(...) o usuário de drogas ora se vê perante o poder da criminologia, ora diante do poder da psiquiatria: ora encarcerado na prisão, ora internado no hospício” (PASSOS; SOUZA,

2011, p.157). Constrói-se assim uma moral excludente, estigmatizadora e preconceituosa.

Em consonância com Passos e Souza (2011) podemos então dizer que é na articulação entre a moral religiosa, a psiquiatria e a justiça que a política antidrogas, legitimada pela Lei 6.368 de 1976, estabeleceu aproximações com o modelo da abstinência como viés principal para tratamento de usuários, preconizando a suspensão absoluta de todo e qualquer uso de drogas como a única forma de cuidado possível a ser oferecido.

A exemplo dessas abordagens podemos citar o surgimento de Alcoólicos Anônimos, em 1935, cuja fundação ocorreu a partir de dois indivíduos, considerados alcoólatras, e que tinham como objetivo passar sua mensagem de como alcançar a sobriedade e assim, ajudar outras pessoas a superarem sua obsessão por bebida. (A.A.W.S., 1971). Podemos falar também dos inúmeros centros de internação e comunidades terapêuticas, onde a proposição principal fundamenta-se no afastamento do indivíduo “adoecido” do ambiente em que vive, por não conseguir se controlar diante das tentações que o uso de drogas representa e desta forma, através de inúmeras contenções e restrições, recuperar o controle de si. Muitas ações, muitas práticas, pretensamente terapêuticas vigoravam nesses locais, tais como a imposição de trabalhos manuais, a título de ocupação do tempo e da mente, chamados de laborterapia, castigos e punições como isolamento ou a suspensão do acesso a familiares, para os que não seguissem à risca as regras e cronogramas estabelecidos, a obrigação de participação em atividades de cunho religioso para o desenvolvimento da “espiritualidade” e até mesmo o uso de contenção física ou medicamentosa. O próprio Ministério da Saúde, em documento publicado em 2003ⁱ avalia que durante décadas a ausência de propostas concretas de políticas de saúde voltadas a este campo, favoreceu a criação de diversas abordagens “alternativas” no campo da Saúde, através de “tratamentos” cujo principal objetivo a ser alcançado era a abstinência. Ainda nos dias atuais, tanto entre muitos profissionais de saúde quanto no imaginário popular, é comum a crença de que todo uso de drogas é problemático e que a única alternativa frente a isso é a abstinência que para ser alcançada gera a necessidade do encarceramento do usuário.

E é atravessado pelas perspectivas construídas na Reforma Psiquiátrica, cujo movimento estabelecido pretendia romper com a lógica da tutela, punição e exclusão dominantes no campo da Saúde Mental, que a partir de 2003, o Ministério da Saúde assume o uso abusivo de álcool e outras drogas como um problema de saúde pública, através da publicação da Política de Atenção Integral a Usuários em Álcool e outras Drogas, e estabelece, em âmbito nacional, diretrizes de tratamento apoiadas em uma concepção antiproibicionista com a adoção da abordagem da Redução de Danos.

Estratégias de Redução de Danos surgiram no Brasil a partir de 1989, com a epidemia de HIV/AIDS e a necessidade de ações de enfrentamento ao contágio de usuários de drogas injetáveis por seringas infectadas. Porém, se nos seus primórdios a Redução de Danos no Brasil restringia-se a uma proposta de prevenção quanto a disseminação da AIDS, focando-se principalmente nos Programas de Trocas de

Seringas, ao longo dos anos, tornou-se uma estratégia de cuidado alternativa à lógica excludente e restritiva da abstinência.

A aposta é que através desta abordagem, o usuário de drogas poderia romper com o lugar de “doente” que deveria ser “curado”, abrindo-se então opções variadas no cuidado a serem construídas através do respeito às singularidades e possibilidades de cada indivíduo.

[...] A RD é um método construído pelos próprios usuários de drogas e que restitui, na contemporaneidade, um cuidado de si subversivo as regras de conduta coercitivas. Os usuários de drogas são corresponsáveis pela produção de saúde à medida que tomam para si a tarefa de cuidado. Reduzir danos é, portanto, ampliar as ofertas de cuidado dentro de um cenário democrático e participativo.” (PASSOS; SOUZA, 2011, p. 161).

A perspectiva que se abre com a Redução de Danos é a da criação de novas possibilidades de convivência, resgatando o direito à liberdade e considerando os usuários em sua íntegra. Há uma enorme contribuição para o seu processo de inclusão, uma vez que as estratégias pautadas exclusivamente na abstinência mostraram-se pouco efetivas no curso da história. Segundo dados informados pelo Ministério da Saúde (2013) apenas 20% dos usuários que procuram tratamento conseguem se manter abstinentes por um certo período de tempo, lançando-se uma importante pergunta: o que fazer com a clientela que não quer, não pode ou não consegue aderir à abstinência? A lógica da Redução de Danos se mostra como uma alternativa de acompanhamento para esta clientela, até então relegada à própria sorte, uma vez que cria a possibilidade do profissional de saúde construir junto com o usuário o que ele pode fazer para melhorar sua vida, sem assumir a postura de determinar o que é melhor, de forma antecipada.

Trata-se de um marco teórico-político que rompe com abordagens reducionistas e considera a presença das drogas nas sociedades contemporâneas como um fenômeno complexo, com implicações sociais, psicológicas, econômicas e políticas; e que, portanto, não pode ser objeto apenas das intervenções psiquiátricas e jurídicas _como ocorreu historicamente no Brasil”. (MACHADO; MIRANDA, 2007, p. 818).

A partir desta breve contextualização podemos então lançar o olhar sobre a questão do consumo de drogas, que no decorrer da história se constituiu como uma patologia _ a Dependência Química _ “doença” que é “tratada” de forma ordinária através da superação da compulsão, da perda de controle do indivíduo frente ao uso de substâncias. Nesta concepção, reconhecida como científica, e adotada por agentes diversos tais como a Psicologia ou a Psiquiatria, o transtorno se localiza no desajuste que o indivíduo experimenta, nas alterações comportamentais que se estabelecem a partir da sua interação regular com a substância. A expectativa almejada é a de que o

paciente retorne ao controle de suas ações e ao bom funcionamento social, através dos diversos tratamentos oferecidos, sejam de cunho educativo, psicológico ou medicamentoso.

Podemos então afirmar que mesmo desenvolvendo direções mais democráticas e inclusivas, através de novos paradigmas como o da Redução de Danos, não há uma ruptura com a compreensão predominante sobre o uso de drogas, como um fenômeno que acomete o homem, uma patologia que se “instala” no usuário, embasando-se na perspectiva de homem como um ser apartado do mundo, possuidor de uma essência, cujos aspectos biológicos e químicos são determinantes para suas atitudes, posições na vida, bem como seus adoecimentos e por isto mesmo, também passíveis de intervenções que os ajustem e os façam funcionar adequadamente na sociedade.

Neste momento, nos vemos impelidos a dar um passo atrás, tal como Heidegger em sua investigação fenomenológica-hermenêutica, e suspendermos o que comumente se diz sobre o uso de drogas, suas concepções hegemônicas, para buscarmos no próprio existir uma outra compreensão acerca desta questão.

COMPULSÃO: PATOLOGIA OU MODO DE SER?

Heidegger (1998) descreve dois modos como os entes se dão no mundo: o ente cujo modo de ser é simplesmente dado, não lhe sendo possível a abertura de qualquer âmbito de sentido, e os outros entes, o *Dasein*, cujo modo de ser é a existência, que por ser essencialmente abertura, se constrói no tempo, por meio de um horizonte de constituição de sentido.

Os sentidos desvelados pelo *Dasein*, em sua existência, possuem um contexto de significação, que é o mundo. O desvelamento de sentidos se dá no mundo e tal desvelamento só é possível porque sendo abertura, o *Dasein* desde sempre se encontra na compreensão_ modo de apreender o mundo. Na verdade, a condição do *Dasein* de estar em aberto implica na presença de mundo, uma vez que este é o contexto de sentido e significados que são desvelados no próprio estar em aberto. Assim, abertura e mundo se dão cooriginariamente, pois estar em aberto corresponde a estar em aberto para um conjunto de sentidos e significados que é mundo.

O *Dasein*, por ser abertura compreensiva, encontra-se na condição de estar lançado às possibilidades, tendo sempre que ter-de-ser (decisão). Essa liberdade frente às possibilidades, em seu caráter de poder-ser, se realiza de diversos modos.

Um desses modos é o que Heidegger chama de impessoalidade. Embora seja essencialmente abertura, o *Dasein*, de início e na maior parte das vezes, se dá enquanto fechamento. É no encobrimento do que lhe é mais próprio que em geral o *Dasein* encontra-se na cotidianidade mediana. Heidegger percebe que há uma certa tendência no *Dasein* a se tomar ao modo dos entes, ou seja, por aquilo que não é: um ser simplesmente dado, onde os sentidos já estarão previamente determinados.

O conviver cotidiano é atravessado pela historicidade_ tradições, costumes, referências de uma época, constituindo o contexto impessoal onde o *Dasein* desde sempre se encontra. Ao ser, o *Dasein* já é na impessoalidade, e de tal forma que acaba

por acreditar que cabe aos *outros* o arbítrio sobre as possibilidades cotidianas do seu ser. Esses *outros* a que Heidegger se refere não são determinados, não são específicos, apontando para o domínio que o modo de ser impessoal exerce sobre o *Dasein*, domínio este ao qual ele se submete sem sequer perceber. Suas reflexões e apontamentos sobre homem e mundo como indissociáveis e a compreensão de mundo como horizonte histórico, contexto de sentidos e significados, o levou a tematização dos modos sedimentados de desvelamentos em nossa época, onde a cadência fundamental é a da máxima produtividade, do controle, da dominação e da exploração. É o que Heidegger se refere como a Era da Técnica.

Encontramos seus questionamentos acerca deste tema em diversos seminários e palestras que proferiu para alunos e profissionais da Psiquiatria em encontros organizados por Medard Boss, médico que se dedicava ao estudo do seu pensamento. Esse material encontra-se reunido em uma obra chamada *Seminários de Zollikon* (2001). Também em *Ensaio e Conferências* (2001), é possível encontrar textos que abordem esta temática, como em “A Questão da Técnica”.

No seminário de oito de julho de 1965, Heidegger (2001) apresenta para alunos e profissionais de Psiquiatria e Psicoterapia algumas das regras que Descartes estabeleceu no seu *Discurso do Método* e que são hegemônicas na constituição da ciência moderna. Uma delas seria a necessidade de se dispor da natureza como uma espécie de fundo de reserva, cabendo a ciência estabelecer um avanço tecnológico que tornasse viável o controle dos processos naturais a fim de alcançar o seu domínio absoluto. A pretensão de Descartes era desenvolver, através da ciência, uma relação de dominação tamanha dos homens com a natureza que os tornaria *mestres e donos* dela.

Com a busca pelo domínio da natureza através da ciência, o método científico passou a ter um papel de extrema relevância. Se para os gregos, método significava “o caminho que leva a algo”, agora ele se torna uma espécie de instrumento no qual se busca enquadrar, de forma antecipada, aquilo a que se pretende compreender ao âmbito dos objetos calculáveis e previsíveis.

Concomitante ao grande destaque que o método alcança dentro da ciência moderna, a técnica também adquire fundamental importância no contexto histórico atual. Assim sendo, este autor busca um retorno a origem deste termo, que alcançou tamanha abrangência, nos levando a perder de vista sobre o que trata. Heidegger pretende, ao retornar ao mais originário, “*espantar-se com o porvir do princípio*”, (HEIDEGGER, 2001, p.12) uma vez que a concepção mais usual, no contexto atual, é da técnica como um meio para um fim, onde é vista como teoria aplicada. Porém, ainda que correta tal determinação, isto é, a concepção instrumental da técnica, que coloca o homem em um relacionamento de domínio, manipulação e controle com ela, não significa dizer que sua essência tenha sido revelada. Diz Heidegger: “_devemos, pois, perguntar: o que é o instrumental em si mesmo? A que pertence meio e fim? (...) Onde se perseguem fins, aplicam-se meios, onde reina a instrumentalidade, aí também impera a causalidade” (HEIDEGGER, 2001, p. 13).

O modo como a técnica moderna se relaciona com os entes é o da “disponibilidade,” que de acordo com este autor abarca a tudo e todos cujo

“desencobrimto explorador atingiu” (HEIDEGGER, 2001, p.21). Ou seja, o desencobrimto, isto é, o modo como o homem alcança e compreende o real, não é um simples feito do homem, como inicialmente pode parecer.

A técnica não é, portanto, um simples meio. A técnica é uma forma de desencobrimto. Levando isso em conta, abre-se diante de nós todo um outro âmbito para a essência da técnica. (HEIDEGGER, 2001, p.17)

Esse modo técnico de desvelamento dos entes sedimentou-se de tal forma, que Heidegger vai apontar para a dificuldade que se estabeleceu na atualidade para se alcançar uma compreensão dos fenômenos sem ser através de representações, de conceitos operativos, de objetivações. Na maior parte das vezes o homem desvela o real como “dis-ponibilidade”, nesta “co-respondência” a essência da técnica moderna como se fosse um destino, o único caminho, esquecendo-se de seu “poder-ser”, da sua liberdade. Ao se reduzir os modos de compreensão do real a causalidades, ao destinar seu olhar aos aspectos da causalidade do fazer, o homem perde de vista os fenômenos em sua simplicidade, nas suas diversas manifestações.

Do mesmo modo, em que a natureza, expondo-se, como um sistema operativo e calculável de forças pode proporcionar constatações corretas, mas é justamente por tais resultados que o desencobrimto pode tornar-se o perigo de o verdadeiro se retirar do correto.” (HEIDEGGER, 2001, p. 29)

Desta forma, a ciência, através do seu método, pretende enquadrar, de forma antecipada, tudo aquilo a que se quer compreender ao âmbito dos objetos calculáveis e previsíveis. Inclusive o próprio homem, que passa a ser reduzido aos seus potenciais de utilidade, desempenho e produtividade, restringindo-se nas suas possibilidades de ser; tornando-se imperativo o desenvolvimento e o avanço ilimitados de técnicas que auxiliarão tal intento.

Na apresentação do livro *Modos de Vida no Contemporâneo* (GOULART, 2021, p.13), nos diz o seguinte Feijoo (2021):

Desconhecendo limites, cego ante a medida existencial, o homem moderno acaba se expressando no mundo em uma ação infinita, tornando-se aquele que lhe cabe apenas produzir, em uma lógica de utilidade e conseqüente descarte. Isso acontece por ele se tomar como um ente tal como os entes que ele se relaciona, ou seja, máquinas, com uma capacidade de produção incomparável àquilo que a ação humana pode produzir.

Outros estudiosos do contemporâneo mostram como onticamente essas expressões do homem se manifestam, tais como o sociólogo Zygmunt Bauman ou o filósofo Byung-Chul Han.

O mundo há alguns séculos vem assumindo os parâmetros do que se chama de modernidade e que instituiu como modelo de pensamento vigente na ciência e na sociedade valores tais como: individualismo, consumismo, hedonismo, superação dos próprios limites (considerado como sucesso), dentre outros. Segundo Bauman, (1999) porém, tais aspectos alcançaram uma abrangência e intensidade tamanhas como jamais vistos na sociedade contemporânea, produzindo novas inquietações até então não experimentadas, culminando no que ele veio a nomear de Pós-Modernidade. Segundo este autor, na sociedade atual os membros são moldados primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor. A norma que nossa sociedade coloca para seus membros é a da capacidade e vontade de desempenhar esse papel. Ele aponta para a reversão da relação tradicional entre necessidade e satisfação, mostrando que a promessa e a esperança de satisfação precedem a necessidade que se promete satisfazer, e serão sempre mais intensas e atraentes que as necessidades efetivas.

Os consumidores tornam-se então, acumuladores de sensações; são colecionadores de coisas apenas num sentido secundário e derivativo. Em função disso, os consumidores não podem ter descanso, não podem deixar de desejar, têm que ser expostos a novas tentações, num estado de excitação incessante. Esse *frenesi* transforma-se em uma pressão internalizada que impossibilita viver a vida de qualquer outra forma (mas que se apresenta como resultado da livre escolha, como um exercício da vontade individual).

Han (2017) em seu livro *Sociedade do Cansaço* reflete sobre a mudança de paradigma da sociedade disciplinar para a sociedade de desempenho, onde de modo incisivo seus membros são atravessados pelo desejo “natural” de produzir cada vez mais e melhor, buscando sempre a superação de qualquer limite, que passa a ser visto como obstáculo para o alcance de um poder que não reconhece um fim. “O poder ilimitado é o verbo modal positivo da sociedade de desempenho. [...] No lugar de proibição, mandamento ou lei, entram projeto, iniciativa e motivação.” (HAN, 2017, p.24)

Para Bauman (1998) a modernidade que pretendia libertar o indivíduo da identidade herdada, assim o fez, transformando-a em identidade realizada, fazendo dela uma tarefa individual e de inteira responsabilidade do indivíduo. É a identidade como projeto. Porém, os projetos de vida individuais não encontram nenhum terreno estável em que possam se acomodar. Onde quer que estejamos em determinado momento, não podemos evitar saber que poderíamos estar em outra parte, de modo que há cada vez menos razões para ficar em algum lugar específico.

Han (2017) afirma que neste excesso de positividade (“querer é poder”, “sim, tudo é possível”), constitutivo do modo de ser da sociedade de desempenho, seus membros se entregam a uma “liberdade coercitiva” (HAN, 2017, p.30) reduzindo-se a seres produtores, produtivos, sem descanso, sem que possam parar. Nunca se valorizou tanto pessoas hiperativas, aquelas que jamais estão satisfeitas e que sempre buscam algo além. Estes são considerados os bem-sucedidos da sociedade atual, pois não se acomodam e em tempo algum, paralisam. E neste movimento incessante, desesperado por alcançar a promessa de uma felicidade e bem-estar absolutos o

homem se aprisiona a um único modo de ser, nesta paradoxal liberdade. Han (2017) fala daquele que sofre por não mais poder, visto que a obrigação de tudo poder, sempre, leva a compreensão de si mesmo como fracassado, doente, deprimido, todo aquele que não corresponde a este modo de ser. “Ela (a depressão) irrompe no momento em que o sujeito de desempenho não pode mais poder. [...] Não-mais-poder-poder leva a uma autoacusação destrutiva e a uma autoagressão.” (HAN, 2017, p. 29)

Neste momento, podemos então lançar o olhar sobre a questão do consumo de drogas, isto é, seu reconhecimento como a doença da perda de controle, ou compulsão. Ao romper, com a compreensão dicotomizada de um homem que se compõe em si, apartado do mundo e reconhecê-lo como um ser histórico, que se constitui no existir, passamos a assumir a compulsão, este movimento descontrolado e sem limites, ou nos dizeres de Gilvan Fogel “*hybris*” (2010) como um modo de ser marcadamente pós-moderno. Este autor nos fala do descompasso humano, da perda da medida existencial no contemporâneo entre *dever-ser* e *poder-ser*, havendo a soberania absoluta do poder ilimitado como perspectiva de autorrealização e sucesso dos homens. “*Quando esta atitude, a saber, a do triunfo do ilimitado, passa a ditar o ritmo da vida, então vida sai de sua via necessária e passa a ser determinada pelo querer impossível. É isso a Hybris, a sanha.*” (FOGEL, 2010, p.17)

Feijoo (2017) em suas reflexões sobre as determinações sedimentadas no mundo da técnica, também nos aponta para esta cadência incessante do fazer que desconhece limites peculiar ao nosso tempo. E ressalta que apesar de ser indeterminado, o homem tende a se tomar por aquilo que já está, de antemão, determinado.

Nesse total obscurecimento daquilo que lhe é próprio, a existência se automatiza seguindo as determinações de seu horizonte histórico, de modo a tornar-se totalmente absorvida pelo mundo. E esse homem, ao se automatizar e agir na absoluta ausência de limites, tem como marca de sua ação, a compulsão. (FEIJOO, 2017, p. 87)

Neste movimento irrefletido, nesta busca compulsiva, os membros da sociedade atual, todos nós, na maior parte das vezes, nos deparamos com fortes apelos, que não são necessariamente para o uso explícito de drogas, mas para que vivenciemos infinitamente sensações semelhantes aos efeitos decorrentes deste uso. A necessidade do acúmulo de novas sensações, um desejo insaciável e sem limites, a inquietação em busca de novidades e dos prazeres daí decorrentes, a produtividade incessante, a impossibilidade de viver sem deixar de corresponder a todas essas expectativas, são marcas relevantes e comuns aos homens pós-modernos (voracidade, falta de limites, hiperatividade) e não se encontram tão distantes, como se imagina, do movimento efetuado por muitos usuários de drogas, categorizados como doentes, descontrolados.

Pode-se então afirmar que, apesar de transgredir leis e “contrariar” a opinião pública, o uso de drogas corresponde a um modo-de-estar frente a aspectos

estabelecidos e presentes na própria sociedade. Ao querer prazer, aventura, diversão e êxtase, está atendendo plenamente a uma demanda que é social; ao estabelecer-se como consumidor, desempenha um papel socialmente esperado; ao buscar vencer suas inseguranças e inquietudes, alcança a ilusão da felicidade irrestrita e bem-estar absoluto, aspectos tão almejados pela sociedade atual. Muitas vezes o uso de drogas (lícitas, ilícitas, prescritas) refere-se a uma busca por ultrapassar limites de todas as ordens, nesta correspondência por produzir mais, por desempenhar mais, por se manter na infinita superação dos próprios limites.

De posse destas reflexões, buscamos compreender o uso de drogas a partir do horizonte histórico em que tal uso se dá, marcado por modos-de-ser compulsivos, ampliando assim a perspectiva tradicional de entendimento acerca da Dependência Química.

OS PERIGOS DA TÉCNICA EM UMA RELAÇÃO DE AJUDA

A Psicologia, em sua aspiração por ser reconhecida enquanto ciência acabou por adotar uma visão naturalista do homem. E isto em função da sua intenção de aplicar a ele os mesmos axiomas válidos para os fenômenos da natureza, sobre os quais se desenvolveu a crença de controle, dominação e exploração. A partir deste modo de relação, o ente a que a Psicologia pretende compreender, perde o valor em si mesmo, sua verdade não reside mais naquilo que ele próprio manifesta e seu desvelamento passa a se dar sempre em função das teorias que a ele se almeja aplicar.

Se por um lado, tanto a Psicologia quanto a Psiquiatria e outras disciplinas afins, têm alcançado, cada vez mais, o desenvolvimento tecnológico tão almejado, que lhes permite intervir, manipular e muitas vezes “reajustar” aqueles que em algum momento não mais conseguem corresponder as determinações do horizonte histórico atual de forma “satisfatória”, por outro lado, há a perda daquilo que parece ser mais essencial na compreensão dos fenômenos humanos_ a dimensão da própria existência_ visto que estas disciplinas, na maior parte das vezes, tomam aquele a quem pretendem estudar como algo pronto, um ser simplesmente dado.

Mantendo a referência nas análises existenciais de Heidegger, faz-se necessário pensar no modo como este nivelamento histórico de sentidos da Era da Técnica alcança as relações clínicas, que pretendem ser relações de ajuda. A este respeito, Feijoo diz:

As queixas endereçadas à psicoterapia, na atualidade, aparecem, na maioria das vezes, com a marca de uma determinação moderna, qual seja o fazer ou a produtividade _ tanto no sentido daquilo que não se faz, como daquilo que se faz excessivamente. As pessoas tanto se referem à depressão, ao desânimo, à falta de vontade de fazer as coisas, à preguiça, como, por outro lado, sofrem por suas compulsões, pelas hiperatividades, pela falta de atenção. (FEIJOO, 2017, p.92)

Em correspondência, o que vemos em geral, tanto na Psicologia, como na Psiquiatria e demais profissões presentes no cuidado a usuários de álcool e outras substâncias, são relações que se caracterizam, na maior parte das vezes, pela ocupação do outro como um ser simplesmente dado, semelhante a um instrumento, onde as técnicas devem ser aplicadas. Este modo de relação é o que Heidegger (1998) denomina de preocupação substitutiva uma vez que há uma substituição do outro nas suas ocupações, de forma prévia, sempre lhe dizendo o que fazer e qual a melhor maneira (a mais normal, a mais saudável, a mais adequada). A adoção deste tipo de posição é muito comum entre os profissionais da saúde, onde se pretende através de aconselhamentos, conscientização e orientações, abarcar o homem no seu existir.

Não é raro que os profissionais acreditem que ao fornecer informações para o paciente sobre os riscos do uso de drogas, ou lhe oferecer manuais para sua educação, ou ainda aplicar técnicas como a Intervenção Breve, Redução de Danos, ou tantas outras, será possível que o usuário volte a ter controle sobre sua vida, podendo então vivê-la normalmente, ou seja, produzindo, consumindo, enfim, fazendo o que todo mundo faz. Isso reflete de forma bastante explícita o modo técnico de compreensão peculiar a nossa época. Heidegger adverte que “[...] nessa preocupação, o outro pode tornar-se dependente e dominado mesmo que esse domínio seja silencioso e permaneça encoberto para o dominado”. (HEIDEGGER, 1998, v I, p. 174)

Este modo de compreensão do homem, presente nas abordagens tradicionais ditas científicas, vem reduzindo-o apenas aos aspectos que a técnica desvela. Não se quer afirmar que tais aspectos sejam equivocados, mas é preciso refletir que muitos outros podem ser desencobertos. Não se pretende que haja um banimento da técnica ou deste modo técnico de desvelamento dos entes, mas apenas que se possa ter com eles uma relação de maior liberdade. À medida que se tornam único parâmetro de verdade, única fonte de compreensão, é aí que o perigo reside, pois o que há de mais essencial ao homem, sua condição de poder-ser, acaba restrita exclusivamente ao modo de ser técnico. Em um dos diversos diálogos travados com Medard Boss (1961-1972) Heidegger nos adverte sobre o “[...] querer ajudar médico: anotar que se trata sempre do existir e não do funcionar de algo. Quando só se visa este último, não se ajuda o Dasein.” (HEIDEGGER, 2001, p. 180)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas é um grande avanço em sua potencialidade de produzir novas perspectivas para os usuários de drogas, visto que reconheceu o uso abusivo de drogas como um problema de saúde pública, buscando romper com um processo histórico onde a origem das práticas assistenciais, nesta área, não obedeceu a lógica da saúde pública. Suas diretrizes estão em consonância com os princípios do SUS, da Reforma Psiquiátrica e da Redução de Danos, assumindo o enfrentamento dos diferentes problemas relacionados ao consumo de drogas, sem estar centrada no controle e na repressão.

Houve, sem dúvida, a ampliação das modalidades de tratamento com a adoção da Redução de Danos como perspectiva, uma vez que a atual política reforça que as práticas de saúde, em qualquer nível de ocorrência, devem sempre considerar as diversas possibilidades e escolhas inerentes à vida. O uso de novas abordagens para atuação junto a usuários de drogas tornou-se possível graças ao rompimento com o paradigma da abstinência como alternativa única de cuidado. Há também uma mudança na postura dos profissionais diante desta clientela, uma vez que devem ter respeito diante das escolhas e possibilidades de vida dos usuários, evitando julgamentos.

Porém, como dito anteriormente, é necessário sempre atentar para o modo como as práticas de cuidado estejam sendo construídas, a fim de que não se percam em seu potencial de produção de abertura, de liberdade e de outras possibilidades de existência.

Há que se ter sempre cuidado com a criação de técnicas e estratégias que visem a objetivação do homem, tornando-o passível de análises e manipulações a fim de tratá-lo. Partindo de uma visão naturalista do homem, tais abordagens acabam por desenvolver uma relação de controle, dominação e previsão do homem, onde ele perde o valor em si mesmo, sua verdade não reside mais naquilo que ele próprio expressa e seu desvelamento passa a se dar sempre em função dos aspectos sedimentados na Era da Técnica.

A Ciência, ao se decidir sobre quais modos de ser são possíveis, através da convenção e delimitação do que é normal, reduz o homem apenas aos aspectos que o pensamento calculante desvela, uma vez que tais aspectos passam a ser os parâmetros da normalidade. Desta forma se mostra excludente de todo movimento de criatividade e inovação. E excludente de todos aqueles que não se submetem ou não se ajustam a esses padrões.

Assim sendo, ao profissional de saúde que pretende ajudar, é importante que assuma o modo de relação que Heidegger chama de anteposição libertadora, onde não há uma substituição do outro, tal como se fosse uma coisa da qual se deve ocupar; há sim, um antepor-se, que busca devolvê-lo a sua condição de existente, onde se permite que haja o desvelamento de novas possibilidades para sua existência, liberando “o outro em sua liberdade para si mesmo” (HEIDEGGER, 1998, p. 169). O que se espera então, é que o indivíduo possa se posicionar com maior liberdade frente aos sentidos que parecem já estar previamente determinados em sua existência; que possa refletir sobre eles e colocá-los em xeque. Tal reflexão, no entanto, só é possível através do pensamento que medita, pois ele permite a permanência junto às coisas e a sua compreensão a partir de si mesmas, sem que necessariamente já estejam, de antemão, enquadradas num referencial técnico-calculante.

Neste modo de relação, o usuário não é mais definido a priori pelo seu uso de drogas ou quaisquer outras categorizações com as quais se costuma diagnosticar. Da mesma forma, também os propósitos se modificam, uma vez não se busca mais a sua simples adaptação/adequação a sociedade, visto que a concepção do singular, das suas possibilidades existenciais devem ser tomadas como princípios desta relação de

ajuda, libertando o homem para o devir e favorecendo a criação de novas possibilidades frente ao seu uso de drogas e a sua vida.

REFERÊNCIAS

- Alcoholics Anonymous World Service, INC, (A.A.W.S.). *Os doze passos e as doze tradições*. São Paulo: JUNNAB, 1971.
- BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. *Globalização e as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. SVS/CN-DST/AIDS. *A Política Do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas*. 2. ed. Rev. Ampl. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- FEIJOO, A. M. L. C. *Existência e Psicoterapia: da psicologia sem objeto ao saber fazer na clínica psicológica existencial*. Rio de Janeiro: IFEN, 2017.
- FOGEL, G. *O homem doente do homem e a transfiguração da dor: uma leitura de Da visão e do enigma, em Assim falava Zarathustra, de Frederico Nietzsche*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- GOULART, S. M. da S. *Modos de vida no contemporâneo: sofrimento, compulsão e tédio*. Rio de Janeiro: IFEN, 2021.
- Guia de Saúde Mental: atendimento e intervenção com usuários de Álcool e outras Drogas, *Caminhos do Cuidado*, Ministério da Saúde, 2013.
- HAN, Byung -Chul. *Sociedade do cansaço*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, v.I, v.II, 1998.
- _____. A questão da técnica. In: *Ensaio e conferências*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- _____. *Seminários de Zollikon*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001 b.
- MACHADO, A. R. & MIRANDA, P. S. C. Fragmentos da História da atenção à saúde para usuários de álcool e outras drogas no Brasil: da Justiça à Saúde Pública. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n3, p.801-821, jul.-set. 2007.
- PASSOS, E. H. & SOUZA, T. P. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. *Psicologia & Sociedade*, 2011, 23(1), 154-162.
- SÁAD, A. C. Tratamento para dependência de drogas: uma revisão da história e dos modelos. Em: *Álcool e drogas: usos, dependência e tratamentos*. (Org.) Marcelo Santos Cruz e Salette Maria Barros Ferreira. Rio de Janeiro: Edições IPUB/CUCA, 2001, p. 11-32.
- SILVA, D. S. *Gênero e assistência às usuárias de álcool e outras drogas: tratamento ou violência*. Rio de Janeiro, RJ. [Dissertação de Mestrado]. PUC - Rio, 2005

Submetido: 18 de julho de 2022

Aceito: 18 de agosto de 2022

¹A política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas.